



WWW.CDDMOZ.ORG

POLÍTICA MOÇAMBICANA

Quinta - feira, 18 de Julho de 2024 | Ano VI, n.º 601 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | www.cddmoz.org

COOPERAÇÃO MOÇAMBIQUE E CHINA:

Que interesses impedem uma relação equilibrada que combine desenvolvimento sustentável e respeito pela democracia e direitos humanos?

- O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) realizou em 24 de Junho, um webinar intitulado “Dinâmica Moçambique-China: Uma Incursão sobre os Direitos Humanos e Cooperação”. O evento juntou especialistas na matéria, académicos, organizações da sociedade civil, defensores de direitos humanos e público, em geral, para reflectir sobre o impacto das relações entre os dois países na democracia e nos direitos humanos em Moçambique.





No evento foi consensual que as relações bilaterais entre Moçambique e a China – que datam de há várias décadas, tendo como principais áreas de cooperação as infraestruturas, o comércio e o investimento, legislação e sistema judiciário, meios de comunicação social, académica e cultural, e defesa e segurança – apesar de trazerem oportunidades de crescimento económico, elas levantam preocupações sobre o impacto nos direitos humanos no país.

Com uma abordagem crítica, os painelistas do *webinar*, nomeadamente, Fernando Lima

(jornalista) e Ernesto Nhanale (jornalista e docente universitário) coincidiram no entendimento de que a relação está desequilibrada, com a China a ter um domínio cada vez maior.

Esse desequilíbrio deve-se essencialmente a três factores, sendo o primeiro, o facto de os dirigentes chineses terem uma agenda clara que passa por tirar o máximo de benefícios para o seu país, com destaque para recursos naturais, ao mesmo tempo que procuram influenciar o sistema de governação e a cultura. O segundo factor tem que ver com a falta de agenda

dos dirigentes moçambicanos para o país que, a troco de financiamento chinês com juros baixíssimos, de ausência de *compliance* e com ganhos directos para os seus bolsos, por via de esquemas corruptos, abdicaram da monitoria à intervenção chinesa em Moçambique em vários domínios.

O terceiro factor apontado pelos painelistas é a parceria entre o Partido Frelimo e o Partido Comunista Chinês (PCC) que permite apoio multiforme, incluindo ideológico e tecnológico, para a Frelimo se manter no poder ao arrepio das regras democráticas.

Uma relação que resiste ao tempo

O jornalista e docente universitário, Ernesto Nhanale, começou a sua intervenção lembrando que a China foi muito importante na luta de libertação nacional, apoiando a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Segundo Ernesto Nhanale, em jeito de reconhecimento ao apoio chinês e de outros países de orientação comunista, a Constituição da República Popular de Moçambique, de 1975, declarou o Estado moçambicano de democracia popular.

“Mesmo com a democratização de Moçambique em 1990, essas relações não morreram. A influência da China continua a se verificar até hoje com tendência a crescer”, disse Ernesto Nhanale, acrescentando que Moçambique, mesmo tendo mudado o sistema político autoritário que é o comunista, para o sistema democrático, na verdade, a mudança foi feita sob o ponto de vista formal, “porque aqueles que estão no poder querem-se manter e a escola de se manterem no poder é a escola chinesa.”



ERNESTO NHANALE

As várias facetas da incursão chinesa em Moçambique e o impacto na violação dos direitos humanos

Na Tanzânia existe o Centro de Liderança Mualimo Julius Nyerere, apoiado pelo PCC e erguido com fundos chineses. Trata-se de um centro que vai beneficiar seis movimentos de libertação da África Austral, nomeadamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a FRELIMO, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), o Chama Cha Mapinduzi (CCM), o Congresso Nacional Africano (ANC) e a União Nacional Africana do Zimbabwe – Frente Patriótica (ZANU-PF).

Segundo Ernesto Nhanale, a principal missão do centro é formar futuros líderes desses partidos para que se mantenham no poder e que apliquem o modelo chinês de governação, o que mostra que “a China não está só a vender dinheiro (incursão económica), está também numa frente de ‘soft power’, através da influência pelos média, numa linha muito clara de capacitação de futuros líderes para que finquem o modelo de governação chinesa”, uma incursão que representa alto risco para os direitos humanos e para a democracia.

Em Moçambique, a China tem presença no sector de tecnologias, tal como acontece em outros pontos de África e do mundo. Sobre o assunto, Nhanale alerta para o risco de vigilância e espionagem.

“Eles investem no controlo dos cidadãos. A tecnologia das câmaras de vídeo-vigilância é chinesa. Estão a ter problemas nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa, porque no lugar de vender a tecnologia estavam a extrair informação”.

Esta parceria, considera o jornalista, pode ser má, por um lado, para os cidadãos, na



perspectiva de perda de liberdade, através de uma maior vigilância, e, por outro lado, para o próprio Estado, que passa a estar vulnerável a eventuais incursões de espionagem por parte do regime chinês.

No campo cultural, a China tem uma influência de décadas através, dentre várias formas, do cinema. Trata-se, de acordo com Nhanale, de uma influência que se tem consolidando com o tempo, sendo que nos últimos tempos tem como marca a construção do Centro Cultural Moçambique-China, no centro da Universidade Eduardo Mondlane.

A China também estende os seus interesses na mídia. “A Startimes é accionista da

TMT, empresa que lidera o processo de migração digital. Esse processo, onde a Rádio Moçambique (RM) e a Televisão de Moçambique (TVM) fazem parte, sem um metical, é financiado pela China. O novo edifício da TVM foi construído pela China, dentro do endividamento fácil através do Exim Bank da China, sem transparência”, disse Nhanale, tendo também destacado parceria no campo de formação na China de jornalistas de todo o sector público, uma parceria que, para Fernando Lima, pode justificar a ausência de matérias que reportam casos de abusos de várias ordens por parte dos investidores chineses.

Endividamento enfraquece as instituições e elimina a monitoria aos interesses chineses, Dimas Sinoia (Fórum de Monitoria do Orçamento)

A China tem um portfólio de 1.5 bilião de dólares com Moçambique, resultante de empréstimos fáceis com juros baixíssimos. Intervindo no debate, o economista do Fórum de Monitoria do Orçamento, Dimas Sinoia, disse que por conta dos empréstimos fáceis, sem transparência, Moçambique saía a perder para a China, na medida em que deixa de haver o escrutínio dos investimentos chineses.

“Se a contrapartida dos empréstimos chineses, porque não são as taxas de juros, é a fraca monitoria dos investimentos chi-

neses, não vale a pena. O relatório recente do Environment International Agency diz que Moçambique perde anualmente 500 mil toneladas de madeira, o equivalente a meio bilião de dólares. Se Moçambique decidisse monitorar o investimento chinês, em três anos, só com o negócio da madeira, ia pagar toda a dívida chinesa”, referiu o economista, alertando que enquanto estamos preocupados com o dinheiro que recebemos da China, “há uma riqueza enorme que perdemos por conta da falta de escrutínio”.



China viola direitos humanos e delapida os recursos naturais com a benção dos chefes da Frelimo, Prof. Adriano Nuvunga, Director Executivo do CDD

Intervindo para as notas de abertura do evento, o Prof. Adriano Nuvunga, Director Executivo do CDD, chamou à atenção de todos para uma reflexão sobre a presença chinesa em Moçambique. “Eles têm uma agenda muito clara que nós ainda não compreendemos muito bem. Vemos muitas infraestruturas, mas temos dívidas. Se vais para o interior da Província da Zambézia, em toda a exploração mineira, tem um cidadão chinês”, indicou o Prof. Adriano Nuvunga. Esta presença chinesa, disse o Prof. Nuvunga, tem uma dimensão importante de violação dos direitos humanos.

“Aquilo que estamos a constatar em todos esses espaços fica a ideia de que os chineses são protegidos pelo Estado e pela FRELIMO. Se você mexe com um chinês vai receber uma chamada de um chefe qualquer a dizer “deixa eles irem”.

Para o Prof. Nuvunga, enquanto a relação com os ocidentais se acha susceptível de questionamentos por jornalistas, pela sociedade civil, em termos de aderência aos mecanismos internacionais de boa governação e direitos humanos, o mesmo não acontece com a relação com a China, o que cria a percepção de um tratamento desigual entre o ocidente e o oriente, particularmente a China, sobretudo “quando sabemos que os grandes chefes estão envolvidos em vários negócios como o negócio da madeira que vai para a China.”

Para ilustrar o tratamento diferenciado, durante o debate, o jornalista Fernando Lima recorreu a um caso de exploração de areias pesadas em Nampula, onde, do lado de Moma, está a Kenmare e, do lado de Angoche, está uma empresa chinesa.

“O tipo de exploração que se faz do lado de Angoche e o tipo de exploração que se faz em Moma, a diferença em termos de respeito pelas regras ambientais é do dia e da noite”, referiu Lima e depois questiona: “Por que é que os níveis de exigência para a Kenmare e as empresas chinesas não devem ser os mesmos? Compramos alguma moratória com a China para sermos bastante permissivos a estas violações ambientais?”

Tendo em conta a tendência de se ser permissivo com a China, o Prof. Nuvunga propôs uma discussão que coloca no centro o Partido Frelimo na sua relação com o PCC. “Na Tanzânia, o centro do CCM foi financiado pela China e funciona com o apoio do governo chinês. Em Moçambique não será assim? O que significa ter um país da dimensão da China a apoiar o Chama Cha Mapinduzi ou a apoiar a FRELIMO no que diz respeito à infraestrutura democrática e dos direitos humanos no nosso país?”, questiona.

“Na véspera das eleições de 2019 circularam informações segundo as quais alguma tecnologia que estava a ser usada até para a manipulação dos resultados eleitorais poderia até ter apoio chinês”, referiu.



Eles têm uma agenda muito clara que nós ainda não compreendemos muito bem. Vemos muitas infraestruturas, mas temos dívidas. Se vais para o interior da Província da Zambézia, em toda a exploração mineira, tem um cidadão chinês

Uma relação equilibrada que combine desenvolvimento sustentável e respeito pelos direitos humanos

Perante uma relação desequilibrada na qual os nossos dirigentes não parecem ter agenda para o país, Fernando Lima e Ernesto Nhanale defendem uma intervenção das organizações da sociedade civil e dos cidadãos, em geral, no sentido de questionar o Estado sobre o que está a fazer, por exemplo, para garantir que essas parcerias não possam corroer a infraestrutura da democracia e não ponha em causa liberdades e direitos das pessoas. “A China tem relações com os Estados Unidos da América, com a Europa, mas essas relações são negociadas por forma a garantir que aquilo que aqueles Estados acreditam que é a sua forma de vida não se veja deturpada”, defendeu Ernesto Nhanale.

Portanto, para Nhanale “o problema não é a China. O problema somos nós que não somos organizados e não temos agenda para o nosso país. A China está a fazer a sua agenda que é vir tirar os recursos para beneficiar o seu país e ainda nos colonizar cultural e politicamente”.

“A nossa agenda é usarmos a cooperação para alimentarmos as elites individualmente. Enquanto o Estado não se estruturar e não tiver uma agenda, enquanto não combatemos a corrupção, vamos continuar com o mesmo choro”, concluiu Nhanale.

Por seu turno, Fernando Lima defende que temos que ser gratos à China pelo apoio que nos deu no contexto da luta de libertação, mas esse reconhecimento não deve significar atribuir uma carta branca para abusos de direitos humanos, por exemplo.

“Quer me parecer que esta questão influencia muito a relação entre Moçambique e China. Em nome do passado, temos que passar uma esponja naquilo que acontece hoje”, diz Lima, defendendo que a China segue interesses de economia de mercado, interesses capitalistas, e nessa perspectiva, a China deve entender que estamos a fazer um negócio e não solidariedade. “Eu acho que um dos problemas que temos com a China é que, até agora, não se sabe se são os nossos irmãos, os nossos aliados naturais ou se são os nossos parceiros de negócio”, apontou.

Embora concorde com Lima e Nhanale, Adriano Nuvunga defende que há uma desorganização no seio do Estado, mas que na verdade é uma desorganização organizada para beneficiar os interesses corruptos das elites da Frelimo.



Fernando Lima



Ernesto Nhanale.



Prof. Adriano Nuvunga



Dimas Sinoia






Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

